


EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A
CNPJ 95.420.188/0001-33
NIRE 41300009741

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRADORDINÁRIA
Nº 39, DE 29 DE ABRIL DE 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 19:30 horas, na sede da Editora Jornal de Beltrão S/A, sito à Rua Mato Grosso, nº 55, Bairro Presidente Kennedy, em Francisco Beltrão-PR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária os acionistas desta Companhia, ao final relacionados, conforme livro de presenças. Na forma do Estatuto Social, assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos o presidente do Conselho de Administração e também Presidente Executivo, Ivo Antonio Pegoraro, que convidou a mim, Adolfo Slongo Pegoraro, para secretariar. Após verificar que havia quórum, 60,45% (sessenta vírgula quarenta e cinco por cento) dos acionistas com direito a voto e acionistas com ações preferenciais, o presidente declarou aberta a presente assembleia e solicitou ao secretário que mostrasse aos acionistas presentes a publicação contendo o Balanço Patrimonial com os Relatórios da Diretoria, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, conforme determina o artigo 133 da Lei 6.404/76, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná, **no dia 29 de março de 2022, páginas 55 e 56 e no Jornal de Beltrão, dia 19 de março de 2022, pág. 21.** Em seguida solicitou que fosse feita a leitura do edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado no **dia 19 de abril de 2022, pág. 72, e no Jornal de Beltrão no dia 14 de abril de 2022, pág. 5,** com o seguinte teor: Convocação para Assembleia Geral. **Convocação para Assembleia Geral.** Ficam convocados os acionistas desta Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE), dia 29 de abril de 2022, uma sexta-feira, às 19:30 horas, na sede da Editora, à Rua Mato Grosso, 55, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social, para tratar da seguinte ordem do dia: Em AGO (Assembleia Geral Ordinária): – Leitura, discussão e aprovação dos relatórios da Diretoria referentes ao exercício de 2021. – Demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2021. – Parecer do Conselho Fiscal. – Destinação dos lucros e distribuição dos dividendos. Em AGE (Assembleia Geral Extraordinária): – Alteração do quadro social. – Aumento do Capital Social, com emissão de novas ações ordinárias e preferenciais nominativas. – Assuntos gerais de interesse dos acionistas. Francisco Beltrão, 13 de abril de 2022. Ivo Antonio Pegoraro – Presidente do Conselho de Administração. A leitura, passou-se ao item 1 da Assembleia Geral Ordinária que trata dos relatórios da Diretoria e o Diretor Técnico, Marcos Antonio Kuchinski, fez a leitura, conforme segue: Relatamos as principais realizações da Editora Jornal de Beltrão S/A durante o ano de 2021. — Foi um ano difícil, devido à pandemia. Pela primeira vez na história de 32 anos, os quatro primeiros meses do ano foram negativos financeiramente. O déficit diminuiu nos meses seguintes, mas não chegou a zerar. — Foi um ano de altas no preço do papel bem acima da inflação. Mantendo o mesmo número de edições e equivalente em páginas, gastamos cerca de R\$ 120.000 a mais, em papel, que o ano anterior. — Foi um ano de vários pedidos de demissões de funcionários. Somente em rescisões de contratos de trabalho, gastamos R\$ 71.000,00. —



Para agravar o lado financeiro, tivemos que pagar uma ação trabalhista de R\$ 270.750,00. — Com venda de ações, investimos R\$ 83.782 em reformas das instalações e equipamentos para a gráfica. — Mantivemos as edições diárias do Jornal de Beltrão, circulando de terça-feira a sábado. — Mantivemos a Revista Gente do Sul com quatro edições temáticas por ano: mulher, agronegócio, saúde e construção civil. — Investimos R\$ 172.000,00 (centro e setenta e dois mil reais) na instalação da energia solar, sendo R\$ 150.000,00 financiados em 42 meses. — Investimos na mudança de fornecedor de TI para o portal jornaldebetrão.com.br (com a Aspin de Porto Alegre), visando agilizar o processo e aumentar o faturamento através de assinaturas e publicidades. — Os salários e encargos foram pagos sempre em dia. Francisco Beltrão, 21 de março de 2022. Ivo A. Pegoraro, diretor presidente; Adolfo Slongo Pegoraro, diretor administrativo-financeiro; e Marcos A. Kuchinski, diretor comercial. Após as devidas explicações, foi colocado em discussão o relatório da diretoria e, em votação, foi aprovado por unanimidade. Passou-se para o item 2 que trata das Demonstrações Contábeis. Feita a explanação pelo contador Sr. Valdir Abati, já qualificado em atas anteriores, detalhando o Ativo, o Passivo e a Demonstração de Resultados, apresentando um prejuízo de R\$ 383.003,96 (trezentos e oitenta e três mil, três reais e noventa e seis centavos) líquido de R\$ 76.480,98 (setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos). Passando para o item 3 da ordem do dia, o presidente da mesa solicitou que fosse feita a leitura do Parecer do Conselho Fiscal, pelo conselheiro fiscal João Olivo, que pediu ser substituído pelo diretor Marcos Kuchinski. O parecer é o seguinte: Reunidos nesta data, nós, conselheiros fiscais da **Editora Jornal de Beltrão S/A**, após analisar o balanço financeiro e demonstrativo de resultado do período de 2021, emitimos o seguinte parecer: - O patrimônio líquido da empresa, o qual representa o valor que os acionistas detêm na Editora, vinha crescendo constantemente. Verificamos que do ano de 2019 para 2020 teve um acréscimo de 1,65% passando de R\$ 3.862.361,53 para R\$ 3.926.276,29 e do ano de 2020 para 2021 teve uma redução 6,22% , apresentando o valor de R\$ 3.682.244,46. - A variação do Patrimônio Líquido, que demonstra quanto foi o lucro/prejuízo sobre o patrimônio dos investidores, no ano de 2021 foi negativa de 9,75%. - O Prejuízo Líquido da Editora no ano de 2021 foi de R\$ 11,60% em relação ao faturamento. - O índice de Liquidez Geral apresenta R\$ 7,02 de recursos para cada R\$ 1,00 de suas dívidas no ano de 2021, ante R\$ 7,33 no ano de 2020. - O Endividamento Total da Editora, que era de 6,73% no ano de 2020, passou para 10,55% no ano de 2021. Portanto com apenas 10,55% do seu Ativo/Passivo ela pagaria todas suas dívidas. - Evidenciamos a variação positiva de 4,02% nas contas que representam o Ativo Imobilizado. - Os resultados apresentados mostram que os ativos estão sendo bem geridos pelos diretores. Francisco Beltrão, PR, 21 de março de 2022. Ademir Chiapetti, Aline Leonardo e João Olivo. Após os devidos questionamentos, passou-se à votação e foram aprovados por unanimidade os itens 2 e 3 da ordem do dia. Passando para o item 4 da ordem do dia, que trata do Aumento do Capital Social. Altera-se o artigo 5º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação. "O Capital Social da Companhia que era de R\$ 1.631.204,68 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, duzentos e quatro reais e sessenta e oito centavos) passa a ser de R\$ 1.788.794,63 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) cujo aumento refere-se à reversão de reservas de reavaliação. Na sequência passou-se para o item 4. Como o exercício apresentou prejuízo, não houve destinação dos lucros e a distribuição dos dividendos do ano de 2021. Colocado em discussão o referido item e, após as discussões, como ninguém se opôs, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Assim foi encerrada a AGO e, de imediato, passou para a AGE. Em (AGE) Assembleia Geral

Extraordinária no item 1 que trata da alteração do quadro social, este altera-se pela transferência das ações entre os seguintes acionistas: foi transferida, por venda, a cautela de nº. 366, no total de 40.000 (quarenta mil) ações Preferenciais Nominativas do acionista Félix Miglioranza para o acionista Ivo Pegoraro. Cautelas nº. 40, 59, 101, 156, 169, 191, 204, 320, 400, 442, 446, 497, 524, 525, 667, 688, 755, 906, 923, 1.043, 1.105 e 1.196, totalizando 31.960 (trinta e um mil, novecentos e sessenta) ações Preferenciais Nominativas do acionista Ivo Pegoraro para o acionista Félix Miglioranza. Cautelas nº 417, 643, 720, 1.079 e 1.157, totalizando 13.728 (treze mil, setecentos e vinte e oito) ações Preferenciais Nominativas do acionista Milton Francisco Perondi para o acionista Paulo José Giaretta. Cautela nº 754, totalizando 700 (setecentas) ações Preferenciais Nominativas do acionista João Paulo Danieli para o acionista Ivo Pegoraro. Em seguida, o presidente da mesa passou para o item 2 que trata de aumento do capital social e autorização da assembleia geral para emissão de novas ações, com a justificativa de que a quota de ações já autorizadas está se esgotando, restam somente 23.505 (Vinte e três mil, quinhentas e cinco), sendo 18.602 (dezoito mil, seiscentas e duas) preferenciais e 4.903 (quatro mil, novecentos e três) ordinárias. A assembleia autorizou a emissão de colocar à venda, após a integralização das 23.505 (Vinte e três mil, quinhentas e cinco), já autorizadas, mais 200.000 (duzentas mil) ações, sendo 100.000 (cem mil) ordinária e 100.000 (cem mil) extraordinárias. O presidente Ivo Pegoraro informou que a ação da Editora não tem valor nominal e deve ser vendida na proporção da quantidade de ações integralizadas com o patrimônio da empresa. O secretário da mesa, Adolfo Slongo Pegoraro, comunicou aos presentes que, devido ao prejuízo do exercício, não haverá distribuição de 2% (dois) por cento do lucro líquido do balanço aos funcionários e estagiários da empresa que trabalharam em 2021. Após, o presidente deixou a palavra livre aos acionistas e, como ninguém se pronunciou, deu por encerrada a presente assembleia. Estavam presentes os seguintes acionistas: **Adolfo Slongo Pegoraro, Marcos Antonio Kuchinski, Valdir Abati, Paulo José Giaretta, Luiz Carlos Baggio, Lorena Marangon Baggio, João Olivo, Ivo Antonio Pegoraro, Itamar Martins Pereira, Ivaldo Botega, Flávio Pedron, Domingos Rafagnin, Badger Balbinot Vicari e Alexandre Baggio.** Para constar eu, Adolfo Slongo Pegoraro, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, foi assinada por mim e pelo presidente. Declaro que a presente é cópia fiel da transcrita nas páginas de nº **37 a 42, do livro de Atas nº 2**, registrado na JUCEPAR em 27 de maio de 2013, sob o número 13/056049-9.


Ivo Antonio Pegoraro - presidente


Adolfo Slongo Pegoraro – secretário

EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A
CNPJ 95.420.188/0001-33
NIRE 41300009741

BOLETIM DOS SUBSCRITORES DO CAPITAL SOCIAL

De 5.000 (cinco mil) ações Preferenciais Nominativas e 46.975 (quarenta e seis mil, novecentas e setenta e cinco) ações Ordinárias Nominativas no valor total de R\$ 147.089,25 (cento e quarenta e sete mil e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), da Editora Jornal de Beltrão S/A, integralizadas em moeda corrente nacional, até 31 de dezembro de 2021.

Nr. 137 (cento e trinta e sete)

Nome, qualificação e endereço BRUNO SLONGO PEGORARO, brasileiro, casado, nascido em 08/06/1984, empresário, residente e domiciliado na Rua Riachuello, nº. 2.420, Cep 85812-110, Centro, em Cascavel, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 9.291.331-8 SSP/PR emitida em 09/01/1998 e CPF/MF sob nº. 047.251.469-51.

Quantidade de Ações Subscritas 13.000 (treze mil) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 36.790,00 (trinta e seis mil, setecentos e noventa reais).

Nr. 172 (cento e setenta e dois)

Nome, qualificação e endereço CAMILA SLONGO PEGORARO BONTE, brasileiro, casado, advogada, nascido em 01/07/1982, residente e domiciliado à Rua Ponta Grossa, nº 2.370, Cep 85602-090, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 8.693.863-4 SSP/PR, emitida em 25/10/2012 e CPF/MF sob nº 035.941.099-50.

Quantidade de Ações Subscritas 4.731 (quatro mil, setecentas e trinta e uma) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 13.388,73 (treze mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos).

Nr. 154 (cento e cinquenta e quatro)

Nome, qualificação e endereço ADOLFO SLONGO PEGORARO, brasileiro, casado, jornalista, nascido em 08/07/1987, residente e domiciliado à Rua Guanabara, nº 600, Cep 85601-300,

Bairro Presidente Kennedy, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG n°. 8.291.323-8 SSP/PR, emitida em 01/08/2017 e CPF/MF sob n° 057.566.689-77.

Quantidade de Ações Subscritas 3.000 (três mil) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 8.490,00 (oito mil, quatrocentos e noventa reais).


Nr. 2 (dois)


Nome, qualificação e endereço IVO ANTONIO PEGORARO, brasileiro, casado, jornalista, nascido em 15/03/1953, residente e domiciliado à Rua Argentina, n° 1.270, Cep 85605-280, Bairro Miniguaçu, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG n°. 1.269.965 SSP/PR, emitida em 05/08/2013 e CPF/MF sob n° 177.016.869-91.

Quantidade de Ações Subscritas 19.504 (dezenove mil, quinhentos e quatro) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 55.196,32 (cinquenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais e trinta e dois centavos).

Nr. 274 (duzentos e setenta e quatro)

Nome, qualificação e endereço LEANDRO DALL'AGNESE, brasileiro, casado, empresário, nascido em 06/12/1972, residente e domiciliado à Avenida General Osório, n° 431, Cep 85602-090, Bairro Cango, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG n°. 5.176.053-0 SSP/PR, emitida em 01/04/2016 e CPF/MF sob n° 796.934.264-34.

Quantidade de Ações Subscritas 5.000 (cinco mil) ações Preferenciais Nominativas, no valor de R\$ 14.150,00 (quatorze mil, cento e cinquenta reais). 

Nr. 8 (oito) 

Nome, qualificação e endereço FLAVIO CESAR PEDRON, brasileiro, casado, jornalista, nascido em 21/07/1965, residente e domiciliado à Rua Uruguai, n° 235, Cep 85605-070, Bairro Vila Nova, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG n°.

	3.706.905-1 SSP/PR, emitida em 10/10/2008 e CPF/MF sob nº 502.966.209-04.
Quantidade de Ações Subscritas	4.240 (quatro mil, duzentos e quarenta) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 11.999,20 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).
Nr.	135 (cento e trinta e cinco)
Nome, qualificação e endereço	DOMINGOS LUIZ RAFAGNIN, brasileiro, casado, impressor, nascido em 29/01/1956, residente e domiciliado à Rua Venezuela, nº 1.216, Cep 85605-450, Bairro Miniguaçu, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 1.337.880-0 SSP/PR, emitida em 14/09/2020 e CPF/MF sob nº 335.294.169-00.
Quantidade de Ações Subscritas	1.000 (mil) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 2.830,00 (dois mil, oitocentos e trinta reais).
Nr.	4 (quatro)
Nome, qualificação e endereço	LUIZ CARLOS BAGGIO, brasileiro, casado, jornalista, nascido em 21/09/1959, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 1331, Cep 85605-300, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Francisco Beltrão, Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 2.020.667 SSP/PR, emitida em 11/01/2017 e CPF/MF sob nº 316.403620-53.
Quantidade de Ações Subscritas	1.500 (mil e quinhentas) ações Ordinárias e Integralizada Nominativas, no valor de R\$ 4.245,00 (quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais).



EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A
CNPJ 95.420.188/0001-33
NIRE 41300009741

BOLETIM DOS SUBSCRITORES DO CAPITAL SOCIAL



137 – BRUNO SLONGO PEGORARO



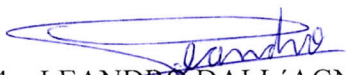
172 – CAMILA SLONGO PEGORARO BÖNTE



154 – ADOLFO SLONGO PEGORARO



2 – IVO ANTONIO PEGORARO



274 – LEANDRO DALL'AGNESE



8 – FLAVIO CESAR PEDRON



135 – DOMINGOS LUIZ RAFAGNIN



4 – LUIZ CARLOS BAGGIO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05756668977	
17701686991	

Estatuto Social da Editora Jornal de Beltrão SA

Capítulo I

Denominação, sede e prazo

Artigo 1º – Sob a denominação de **Editora Jornal de Beltrão S/A**, está constituída uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que se regerá por este estatuto e pelas disposições que lhe forem aplicadas.

Artigo 2º – A sociedade tem por objetivo a edição de jornais, revistas, livros e guias impressos e/ou digitais, próprios e/ou de terceiros, sites e portais, agenciar publicidades, promoções e vendas; produzir pesquisas de opinião pública e indústria gráfica em geral.

Artigo 3º – A sociedade tem sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, Paraná, e está estabelecida na Rua Mato Grosso, 55, Bairro Presidente Kennedy.

Parágrafo único: A critério exclusivo do Conselho de Administração, a sociedade poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, escritórios, representações e sucursais, em qualquer parte do território nacional, a qualquer tempo, fixando as respectivas dotações do capital social.

Artigo 4º – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Capítulo II

Do capital social e das ações

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 1.431.213,67 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e treze reais e sessenta e sete centavos), divididos em 2.273.668 (dois milhões, duzentas e setenta e três mil, seiscentas e sessenta e oito) ações integralizadas até 31.12.2015 (conforme boletins de subscrição de ações números de 1, 2, 8, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32), sendo 824.216 (oitocentas e vinte e quatro mil, duzentas e dezesseis) ações ordinárias nominativas e 1.449.452 (um milhão, quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações preferenciais nominativas.

Parágrafo primeiro: As ações preferenciais atribuirão aos seus detentores prioridade na distribuição de dividendos, porém, em contrapartida, não corresponderão a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo segundo: A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – O Conselho de Administração fica autorizado a promover o aumento do capital social da companhia para 2.400.000 (dois milhões e quatrocentas mil) ações, sendo 900.000 (novecentas mil) ordinárias nominativas e 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) preferenciais nominativas. Novas emissões de ações poderão ser autorizadas somente pela Assembleia Geral, com a devida alteração deste artigo do estatuto social.

Parágrafo único: As ações do capital autorizado terão prazo indeterminado para sua subscrição, mas a integralização seguirá prazos e condições determinados pelo Conselho de Administração.



Artigo 7º – As ações são indivisíveis em relação à sociedade.

Artigo 8º – As ações poderão assumir a forma individual ou múltipla e são emitidas com assinaturas de dois conselheiros de administração, sendo um deles o presidente e o outro o primeiro vice-presidente, o segundo vice-presidente ou secretário, podendo as ações ser representadas por cautelas ou títulos múltiplos que provisoriamente as substituem, satisfeitos os requisitos legais, os quais também deverão ser assinados na forma declarada neste artigo.

Artigo 9º – A venda e/ou transferência das ações ordinárias, nos casos admitidos por lei, deverá ser efetuada de preferência entre os acionistas possuidores de ações ordinárias, na proporção de sua participação no capital social, por preço nunca inferior ao seu valor mínimo, ou a acionista não fundador, que seja acionista preferencial e funcionário da Editora e sua admissão será previamente aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) dos acionistas que possuem ações ordinárias nominativas.

Parágrafo primeiro: O direito dos acionistas que não quiserem adquirir as ações será devolvido aos demais acionistas que as quiserem adquirir, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, respeitada sempre a proporcionalidade ao número de ações que forem titulares na ocasião.

Parágrafo segundo: Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, deverá o acionista manifestar por escrito à Diretoria a sua intenção de vender as ações, mencionando o número de ações que pretende vender, preço e condições de pagamento e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Parágrafo terceiro: A Diretoria, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data que foi notificada, comunicará o fato aos demais acionistas, por carta contra recibo, os quais terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para declarar, por escrito, se querem ou não adquirir as ações, sendo que o não comunicado do acionista notificado neste sentido, no prazo estipulado, será considerado como renúncia ao seu direito de aquisição proporcional das ações que estão sendo oferecidas à venda.

Parágrafo quarto: Não havendo manifestação dos demais acionistas no prazo estipulado no parágrafo primeiro deste artigo, ficará livre a transferência das ações a terceiros, atendida a condição específica do Artigo 9º.

Parágrafo quinto: Somente no caso de todas as condições anteriores exigidas não serem satisfeitas é que as ações ordinárias nominativas poderão ser vendidas a qualquer comprador, preferencialmente aos acionistas que possuem ações preferenciais nominativas, mas com o ciente dos demais acionistas possuidores de ações ordinárias nominativas.

Artigo 10º – As ações não poderão ser cedidas, nem transferidas a terceiros, antes de integralizadas pelo interessado e cumpridas as demais formalidades estatutárias e legais.

Artigo 11º – Para reembolso aos acionistas dissidentes das reformas estatutárias ou das decisões da Assembleia Geral, que quiserem retirar-se da sociedade, será cumprido o disposto no Artigo 45 e seu parágrafo da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 12º – A Assembleia Geral poderá determinar a criação de outras ações nominativas, na forma da lei, definindo as vantagens ou preferências atribuídas a cada tipo.

Capítulo III

Da Assembleia Geral

Artigo 13º – A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de Administração ou seu substituto legal, nos casos previstos em lei e neste estatuto ou pelo Conselho Fiscal, quando em funcionamento.



Artigo 14º – A Assembleia Geral será convocada através de editais pela imprensa da localidade e no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único: A convocação poderá se revestir na forma de carta ao acionista que possuir 5% (cinco por cento) ou mais do capital social representado por ações e que solicite por escrito essa modalidade de convocação pelo prazo de dois exercícios sociais, podendo ser renovada, a critério do acionista.

Artigo 15º – A Assembleia Geral será instalada de preferência no local da sede social, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, um quarto do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, caso não haja impedimento legal. No caso de segunda convocação, só pode ocorrer cinco dias depois, conforme Artigo 124, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

Artigo 16º – A Assembleia Geral somente poderá ser instalada após as assinaturas dos acionistas no livro de presença de acionistas e comprovada a sua qualidade de acionista.

Artigo 17º – A Assembleia Geral será presidida pelo presidente do Conselho de Administração da sociedade ou pelo primeiro vice-presidente, ou substituto legal.

Artigo 18º – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, salvo disposições em contrário.

Artigo 19º – A Assembleia Geral será reunida dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para os fins previstos em lei.

Artigo 20º – A Assembleia Geral será instalada extraordinariamente nos casos em que os interesses sociais exigirem, podendo ser realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 21º – A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objetivo a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Capítulo IV

Da Administração

Artigo 22º – A sociedade será orientada por um Conselho de Administração; dirigida e administrada por uma Diretoria Executiva.

Artigo 23º – O Conselho de Administração será composto por no mínimo três membros e no máximo nove, todos acionistas possuidores de ações ordinárias nominativas, residentes no país, de nacionalidade brasileira, eleitos por Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo primeiro - A Assembleia Geral elege primeiramente o presidente do Conselho de Administração, depois o primeiro vice-presidente, o segundo vice-presidente e o secretário, depois os demais membros, todos através do voto quantitativo, conforme estabelece o Artigo 5º, parágrafos 1º e 2º deste estatuto.

Parágrafo segundo – Assembleia poderá aprovar cédula de presença para os membros do Conselho de Administração.

Artigo 24º – A Diretoria Executiva, composta de três membros – um presidente executivo, um diretor administrativo e financeiro e um diretor técnico –, será eleita e destituída pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único: A sociedade terá ainda um redator responsável para cada publicação que editar e gerentes de setores, acionistas ou não, de acordo com a necessidade. Serão escolhidos e destituídos de seus cargos a critério exclusivo do conselho de administração.

Artigo 25º – O mandato do Conselho de Administração será de três anos, independente da caução de ações, expirando-se na data da aprovação, pela Junta Comercial do Paraná, da Ata da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao da eleição; seus membros podem ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo primeiro: Os conselheiros eleitos, assim como os membros da diretoria executiva, serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria.

Artigo 26º – Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- b) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores executivos da companhia e fixar-lhes as atribuições;
- c) Fiscalizar a gestão dos diretores executivos, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei 6.404/76.
- e) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;
- g) Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- h) Autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- i) Autorizar, ou não, empréstimos e financiamentos; renunciar direitos; contrair obrigações; adquirir, onerar, hipotecar e alienar bens móveis e imóveis.
- j) Escolher e destituir os auditores independentes, quando necessário.

Artigo 27º – Da Diretoria Executiva. – Os diretores responderão, individualmente, perante a sociedade e a terceiros, pela prática de atos contrários aos interesses sociais, e solidariamente com o outro ou com os demais diretores, em razão de deliberação coletiva.

Artigo 28º – A Diretoria terá remuneração mensal fixada pela Assembleia Geral, ajustando-se anualmente, segundo a variação ocorrida nos índices oficiais da política salarial vigente, na mesma proporção dos demais colaboradores.

Parágrafo único: A Assembleia Geral poderá atribuir a cada diretor uma verba de representação no valor de 15% (quinze por cento) dos honorários fixados no caput deste artigo.

Artigo 29º – Compete ao Presidente Executivo:

- a) Representar a Sociedade ativa ou passivamente em todos os atos judiciais e extra-judiciais;
- b) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria, cabendo-lhe, além do voto comum, o de qualidade;
- c) Assinar, juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, os documentos e papéis mencionados na letra “i” do Artigo 26º deste Estatuto;
- d) Constituir procuradores para quaisquer fins;
- e) Praticar todos os atos administrativos e financeiros da Sociedade, bem como fiscalizá-los;

Parágrafo único: O Presidente Executivo será substituído nas suas faltas e impedimento temporário pelo Diretor Administrativo-Financeiro ou por procurador legalmente constituído, com poderes expressos no mandato respectivo.

Artigo 30º – Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- a) Representar a Sociedade ativa ou passivamente em todos os atos judiciais ou extra-judiciais;
- b) Atribuir funções, nomear agentes, distribuidores e organizar filiais, agências, escritórios e sucursais, fiscalizando o seu funcionamento;

- c) Supervisionar todos os departamentos da Sociedade e executar medidas complementares para assegurar a continuidade dos negócios sociais;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente Executivo, os documentos e papéis mencionados na letra “i” do Artigo 26º deste Estatuto;
- e) Planejar e organizar os serviços de distribuição de jornais e demais publicações da Companhia;
- f) Praticar todos os atos administrativos e financeiros da Sociedade, bem como fiscalizá-los;

Artigo 31º – Compete ao Diretor Técnico:

- a) Orientar e dirigir os serviços relativos à parte intelectual da Sociedade;
- b) Exercer o controle sobre o Departamento de Publicidade;
- c) Contratar serviços informativos especializados e colaboradores de natureza especial;
- d) Orientar e sugerir medidas de ordem técnica, bem como repassar tarefas, visando o aperfeiçoamento dos trabalhos jornalísticos e gráficos.

Artigo 32º – Compete ao (s) redator (s) responsável (s):

- a) Planejar, organizar e dirigir os serviços relativos à parte intelectual das publicações de sua responsabilidade;
- b) Orientar, organizar, dirigir e esclarecer o pessoal da redação, determinando-lhes as tarefas e encargos a executar;
- c) Executar as medidas necessárias para assegurar o conceito do jornal em todos os círculos de opinião, através de conduta elevada e isenta de partidarismo ou facção política.

Artigo 33º – Compete aos gerentes de setores:

- a) Planejar, organizar e dirigir as atividades relativas à sua parte no cumprimento dos trabalhos de seu setor e de sua responsabilidade;
- b) Orientar, organizar, dirigir e esclarecer o pessoal do seu setor, determinando-lhes as tarefas e encargos a executar;
- c) Executar, com sua equipe, as atividades necessárias para assegurar bom resultado de seu setor, visando sempre o bem comum e as diretrizes propostas de diretoria executiva.

Artigo 34º – A Diretoria obedecerá, na direção, administração e orientação das publicações que a companhia mantiver em circulação, normas que caracterizarão sempre a absoluta imparcialidade político-partidária e diretriz inflexível na defesa do interesse e da ordem pública.

Parágrafo primeiro: Os redatores responsáveis responderão pessoalmente, pelos conceitos emitidos pelas publicações da Sociedade, em juízo ou extrajudicialmente;

Parágrafo segundo: O cargo de redator responsável poderá ser acumulado por qualquer um dos membros da Diretoria Executiva.

Artigo 35º – Nenhum diretor ou procurador, isolado ou conjuntamente, é competente para prestar fianças, cauções, avais ou endossos de favor em negócios alheios ou estranhos aos objetivos sociais. Se isso ocorrer e houver custos a pagar, serão usadas as ações do acionista como garantia, para ressarcimento da dívida que ele originou.

Capítulo V

Do Conselho Fiscal

Artigo 36º – A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, todos qualificados segundo os preceitos legais vigentes.

Artigo 37º – O Conselho Fiscal terá as atribuições estabelecidas pela legislação pertinente.

Artigo 38º – O Conselho Fiscal será eleito em Assembleia Geral e seus membros efetivos e suplentes terão mandato de três anos, com duração até a data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano que os elegeu.

Artigo 39º – A Assembleia Geral que elege o Conselho Fiscal fixará os honorários a cada membro efetivo quando no exercício de funções, observando o disposto no parágrafo terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único: O membro efetivo que se afastar das funções será substituído por seu suplente que perceberá os mesmos honorários do conselheiro substituído.

Capítulo VI

Do exercício social, das demonstrações financeiras, das reservas e do saldo final

Artigo 40º – O Exercício Social coincidirá com o término do ano civil, ocasião em que será levantado o balanço anual da Sociedade.

Artigo 41º – Encerrado o Exercício Social, a Diretoria elaborará, segundo as disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- c) Demonstração do resultado do exercício;
- d) Demonstração de fluxo de caixa (demonstração comparativa);
- e) Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Artigo 42º – Do resultado do Exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, ou amortizados na conformidade com as exigências legais.

Artigo 43º – Do lucro líquido apurado em cada balanço anual serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, de que trata o Artigo 193 da Lei nº 6.404 (de 15.12.76), até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 44º – A Assembleia Geral poderá, após a observância das disposições deste capítulo, criar outras reservas para fins específicos, e que consultem as necessidades sociais.

Artigo 45º – Apurado o lucro líquido em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados aos acionistas, a título de dividendo, na proporção das ações de que são possuidores.

Parágrafo primeiro: O dividendo distribuído será creditado nas contas individuais dos acionistas e serão pagos aos mesmos em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias, contados da data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar a sua distribuição, para os acionistas que solicitarem.

Parágrafo segundo: Quando a situação financeira não permitir e quando não resultar lucro no exercício social respectivo, ou quando o lucro apurado for absorvido por prejuízos anteriores, o dividendo previsto neste artigo não será distribuído, devendo a Diretoria apresentar a respectiva justificação, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Artigo 46º – O saldo remanescente dos lucros será colocado à disposição da Assembleia Geral Ordinária, a qual disporá sobre a sua destinação.

Capítulo VII

Das disposições gerais e transitórias

Artigo 47º – A Sociedade entrará em liquidação nos casos e pela forma prevista em lei.

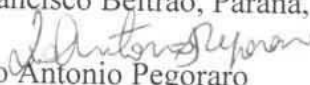



Parágrafo único: Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, a Assembleia Geral nomeará um conselheiro de administração para atuar como liquidante. O Conselho Fiscal deverá funcionar durante o período de liquidação.

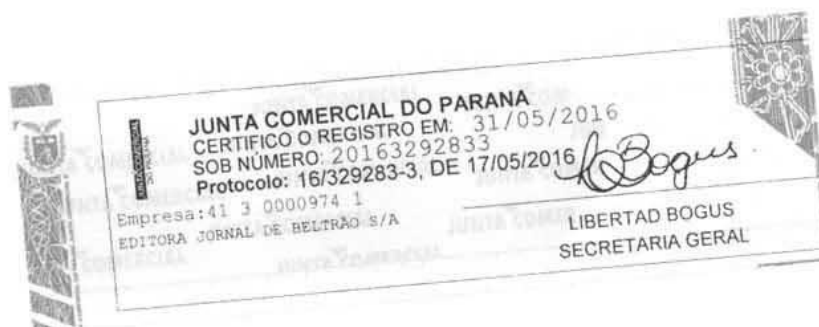
Artigo 48º – A Sociedade poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, com a aprovação de acionistas que representem 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, resolver sobre o seguinte:

- a) Transformar o seu tipo jurídico;
- b) Incorporar outras empresas;
- c) Ser incorporada por outras empresas;
- d) Cindir-se em duas ou mais empresas;
- e) Fundir-se com outras empresas.

Artigo 49º – Os casos omissos neste estatuto serão regidos pela legislação vigente.
Francisco Beltrão, Paraná, 25 de abril de 2016.


Ivo Antonio Pegoraro
Presidente


Celso Albino Reichert
Secretário





CONTA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

NOME DO CLIENTE

IVO ANTONIO PEGORARO

ENDEREÇO

R ARGENTINA

MATRÍCULA

0577.3539

NÚMERO

1207

Nº LADO - Nº FRENTE

1180

CEP

85.605-380

LOCAL

FRANCISCO BELTRAO

ROTEIRO DE LEITURA

103-15-07-103-18820

HIDRÔMETRO

Y18AA0852226-4-1

CAT - RES - COM - IND - UTP - POP

011 002 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	85	85	85	-1	85	
Nº Amostras Realizadas	88	88	88	54	88	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	88	88	88	54	88	

Conclusão

TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2022	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2023	PAGO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

FAIXAS DE CONSUMO

VOLUME

VALOR M3/R\$

TOTAIS

RES Mínimo	VOLUME	VALOR M3/R\$	AGUA	AGUA	ESGOTO
De 6 a 10m3	10			90,50	72,40
De 11 a 15m3	10	1,40		14,00	11,20
De 16 a 20m3	10	7,80		78,00	62,40
	7	7,84		54,88	43,80

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

03/22	04/22	05/22	06/22	07/22	08/22	09/22	10/22	11/22	12/22	01/23
20	15	16	16	16	13	19	17	19	26	17

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
33	22/02/2023	1144	1181	37	02/2023

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA

MÉDIA DE CONSUMO/m3
ÚLTIMOS 5 MESES

19

VENCIMENTO

07/03/2023

PREVISÃO PROXIMA LEITURA ÁGUA

22/03/2023

237,38

ESGOTO

189,80

SERVIÇOS

TOTAL

427,28

RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR.

ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 41,87

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

OBSERVAÇÕES NO VERSO

COMPROVANTE CLIENTE

AVISO DE VENCIMENTO - VALOR A SER DEBITADO

EM SUA C/C - NAO VALE COMO RECIBO

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 95.420.188/0001-33
Razão Social: EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S A
Endereço: RUA MATO GROSSO 55 / PRES.KENNEDY / FRANCISCO BELTRAO / PR /
85605-280

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/02/2023 a 27/03/2023

Certificação Número: 2023022600261134221680

Informação obtida em 03/03/2023 09:54:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 029593937-24

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **95.420.188/0001-33**

Nome: **EDITORA JORNAL DE BELTRAO S/A**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 01/07/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº45307/2022

RAZÃO SOCIAL: EDITORA JORNAL DE BELTRAO S/A

CNPJ: 95.420.188/0001-33

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 40771

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 9022676706 - PR

ALVARÁ: 40771

ENDEREÇO: R MATO GROSSO, 55 - PRES KENEDY CEP: 85605280 Francisco Beltrão - PR

ATIVIDADE: Comércio varejista de jornais e revistas, Serviços de acabamentos gráficos

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMISSÃO:	21/11/2022
DATA	DE	VALIDADE:	20/05/2023
FINALIDADE:	CONCORRÊNCIA	/	LICITAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHBUFFHCZZX2HE2RP			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 21/11/2022 - 00:05:33

Qualquer rasura invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA JORNAL DE BELTRAO S A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 95.420.188/0001-33

Certidão nº: 8959702/2023

Expedição: 01/03/2023, às 15:39:02

Validade: 28/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA JORNAL DE BELTRAO S A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **95.420.188/0001-33**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.